

EIT ENGENHARIA S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de agosto de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto operacional

EIT Engenharia S/A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará, e tem como objetivo social, a atuação em todos os ramos da engenharia.

1.1 Convém informar que a empresa EIT ENGENHARIA S/A requereu e lhe foi deferido o processamento de sua Recuperação Judicial, processo que atualmente tramita na 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo-SP, sob o nº 0035171-19.2017.8.26.0100. Informa ainda que referido procedimento teve o seu Plano de Recuperação Judicial submetido e aprovado em 06 de outubro de 2020 e devidamente homologado, encontra-se em fase de cumprimento.

1.2 As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 20 de setembro de 2024.

2. Resumo das práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

a. Moeda funcional

As demonstrações contábeis foram elaboradas em milhares de Reais, moeda funcional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).



b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências;
- Investimentos.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

d. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5, e 2.3).



2.4.2. Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.5 Contas a receber de clientes

Contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação dos serviços executados até a data das demonstrações financeiras, ainda que representem valores parciais de contratos de obras em execução naquelas datas. São registradas ao valor justo e classificadas como Contas a receber de clientes, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo. Subsequentemente, é mensurado pelo custo amortizado menos a provisão para risco de crédito (*impairment*). A Provisão para riscos de crédito é calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos. Em função da análise descrita, não houve necessidade de constituição de provisão.

2.6 Consórcios

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e conseqüentemente têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da

demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação no consórcio.

Os Consórcios dos quais a companhia participa:

<u>Consórcio</u>	<u>Líder/Sócia</u>	<u>% Participação</u>
Consórcio Sehab Mananciais	Líder	50,00%
Consórcio Mobilidade Urbana	Sócia	40,00%
Consórcio Pontal Leste	Sócia	30,00%
Consórcio Novo Canudos	Sócia	50,00%
Consórcio EIT Rochadale	Sócia	45,00%
Consórcio Itajubá	Líder	51,00%
Consórcio Maricá	Sócia	55,00%
Consórcio Vale do Cuiabá	Líder	80,00%
Consórcio Rio Bengalas	Líder	60,00%
Consórcio Via Ligth	Sócia	32,50%
Consórcio Desen Urbano	Líder	53,00%
Consórcio Paraisópolis	Líder	60,00%

2.7 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

2.8 Intangível

Decorrente a transferências de acervos técnicos documentais, conforme Laudo dos peritos independentes.

2.9 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo.



2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.12. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. O contas a pagar de fornecedores é classificado na categoria "outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado".

2.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.



Impostos correntes - A Companhia adota, como facultado pela legislação fiscal vigente, o regime de caixa para apuração do resultado decorrentes de serviços prestados a órgãos públicos, sendo o resultado apurado utilizado na determinação do lucro tributável. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas vigentes.

Impostos diferidos - O Imposto de Renda e a Contribuição Social não vêm sendo calculados devido aos prejuízos fiscais recorrentes, o PIS e a COFINS são diferidos em decorrência das diferenças temporárias apuradas entre o regime de caixa adotado fiscalmente e o regime de competência contábil e são registrados no ativo ou passivo não circulante, de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.15. Reconhecimento das receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. A receita de contratos de construção é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data-base das demonstrações contábeis, apurado por meio de medições técnicas.

3. Gestão de risco financeiro

A Companhia não possuiu uma estrutura formal de controles para mitigação de seus riscos tais como, riscos cambiais, riscos de taxas de juros, riscos operacionais, riscos legais, riscos de liquidez e riscos de créditos



4. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

O contas a receber da Companhia é substancialmente com órgãos públicos, onde a Administração da Companhia entende que os valores são realizáveis, uma vez que se trata de contratos firmados através de licitações com órgãos públicos.

5. Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contas a receber	244.229	229.474
Circulante	<u>140.084</u>	<u>125.329</u>
Não Circulante	<u>104.145</u>	<u>104.145</u>

6. Tributos a recuperar

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
IRPJ retido por órgão publico	472	74
CSL estimativa	98	-
IRPJ estimativa	269	-
Circulante	<u>839</u>	<u>74</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>



7. Créditos de consórcios

Consórcio	Líder/sócia	2024	2023
Consórcio Manaciais	líder	4.784	4.784
Consórcio Pontal Leste	sócia	2.367	2.367
Consórcio Rio Bengalas	líder	1.826	640
Consórcio Desen Itajuba	líder	21.619	21.619
Consortio Constran EIT Roch	líder	56	2.010
Consórcio Desen Jaguaribe	líder	9.370	10.473
Consórcio Paraisópolis	líder	11.543	11.726
outros saldo	sócia	1.737	1.710
		53.302	55.329

8. Crédito com controlada

	2024	2023
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A	25.460	25.460
	25.460	25.460

9. Valores Mobiliários

É Constituído por debêntures da empresa 55 Companhia Securitizadora, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº 14.013.910/0001-13 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35300394666 no montante de R\$ 45.998 reais.

10. Imobilizado

	2024			2023	
Depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	10	1.455	(1.455)	-	-
Móveis, utensílios e instalações	10	1.446	(1.417)	29	36
Equipamentos de informática	20	932	(919)	13	18
Outros Imobilizados	10	102	(102)	-	-
Imobilizado líquido		3.935	(3.893)	42	54



11. Intangível

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Acervos técnicos e documentais	3.723	3.723
	<u>3.723</u>	<u>3.723</u>

Refere-se a transferência de acervos técnicos documentais conforme laudo de avaliação emitidos por peritos independentes.

12. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	<u>Tipo</u>	<u>indexador</u>	<u>Contrato</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Bic Banco	Emprestimo	CDI	1242218	90.559	83.214
Circulante				-	-
Não circulante				<u>90.559</u>	<u>83.214</u>

13. Obrigações Trabalhistas, tributárias e previdenciárias.

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e ordenados	185	72
Rescisões Trabalhistas	33.728	32.605
Encargos Sociais a recolher	6.655	6.568
Provisões de 13º e férias	10.277	9.491
IRRF-CSRF	935	754
ISS	2.083	2.087
COFINS	7.131	6.759
PIS	1.807	1.070
Demais Débitos Transação excepcional	1.858	2.409
Demais Débitos PGFN	20.661	20.661
Débitos previdenciários PGFN	19.986	19.986
Outros	518	356
Circulante	<u>35.851</u>	<u>32.929</u>
Não Circulante	<u>69.974</u>	<u>69.890</u>



14. Patrimônio líquido

Capital social

A sociedade tem capital social no montante de R\$ 101.101, totalmente subscrito e integralizado, através da conferência de tangíveis e intangíveis e direitos a receber conforme laudos contábeis arquivados na Junta Comercial, assim distribuídas:

Quotistas	Quantidade de quotas	% Participação	Valor das Quotas R\$ mil
EIT EMPRESA INDUSTRIAL TECNICA S/A	101.101.000	100	101.101
Total	101.101.000	100	101.101

15. Receita operacional líquida

A receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados do Exercício foi formada com base na Receita Operacional Bruta Deduzida dos Encargos diretamente descontados sobre a mesma, conforme abaixo demonstrada:

	2024	2023
Receita operacional bruta	69.592	49.172
Deduções da receita bruta	(2.815)	(2.501)
Receita operacional líquida	<u>66.777</u>	<u>46.671</u>

16. Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Mão de Obra	(5.028)	(3.084)
Serviços de Terceiros	(25.543)	(14.986)
Materias de Uso e Consumo	(15.356)	(6.350)
Custos Gerais	(1.804)	(4.238)
Custo com obras consorciadas	(8.828)	(17.236)
	<u>(56.559)</u>	<u>(45.894)</u>

17. Despesas administrativas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Mão-de-obra	(1.096)	(1.280)
Serviços de terceiros	(6.446)	(4.700)
Materias de uso e consumo	(135)	(111)
Despesas gerais	(974)	(789)
	<u>(8.651)</u>	<u>(6.880)</u>

18. Resultado financeiro

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas Financeiras		
Juros	(13.191)	(14.000)
Outros	(1.140)	(13)
	<u>(14.331)</u>	<u>(14.013)</u>
 Receitas Financeiras		
Juros	266	312
Descontos Obtidos	3	5
	<u>269</u>	<u>317</u>
 Resultado Financeiro líquido	<u>(14.062)</u>	<u>(13.696)</u>

19. Remuneração dos executivos

A remuneração dos executivos é composta por pró-labore.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia contratou seguros para proteção de seu patrimônio, de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordem legal, contratual e técnica. Os montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas

